



[Atribuição BB CY 4.0](#)

***EDUCAÇÃO PRISIONAL E A REMIÇÃO DE
PENA PELA LEITURA:
relato de uma experiência formativa em
educação e Direitos Humanos***

Lucas da Silva Costa¹

Maria Eduarda Vieira Martins²

Samantha Aparecida Correa Alves³

Cristiane Aparecida Baquim⁴

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar o relato de um projeto de extensão desenvolvido por um grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) com reeducandos de uma instituição prisional. A experiência relatada teve como objetivo proporcionar aos estudantes do curso de Pedagogia que compõem o grupo PET o contato com uma área de atuação profissional, a educação prisional, e aliado a este objetivo, como retorno social, proporcionar aos reeducandos da instituição prisional uma experiência educativa a partir de um projeto que contemplasse mais que apenas a leitura e a escrita. Estreitando os laços entre a educação e os direitos humanos, visou a ampliação do repertório cultural e estético dos reeducandos por meio de uma visita guiada a um museu e ao conjunto arquitetônico de uma universidade pública.

¹ Membro do PET e estudante do Curso de Pedagogia da UFV. E-mail: lucas.s.costa@ufv.br

² Membro do PET e estudante do Curso de Pedagogia da UFV. E-mail: maria.martins2@ufv.br

³ Membro do PET e estudante do Curso de Pedagogia da UFV. E-mail: samantha.alves@ufv.br

⁴ Professora do Departamento de Educação e tutora do PET/EDU - Conexões de Saberes da UFV. E-mail: cristiane.baquim@ufv.br

Palavras-chave

Reeducandos; Programa de Educação Tutorial; Educação prisional; Pedagogia.

Recebido em 02/11/2022

Aprovado em 21/12/2022

PRISON EDUCATION AND THE REMISSION OF SENTENCE BY READING: report of a formative experience in education and Human Rights

Abstract

The article aims to present the report of an extension project developed by a group from the Tutorial Education Program (PET) with inmates of a prison institution. The objective of this experience was to provide the students of the Pedagogy course who are part of the PET group contact with an area of professional activity, prison education, and allied to this objective, as a social return, to provide the inmates of the prison institution with an educational experience based on a project that contemplated more than just reading and writing. Narrowing the ties between education and human rights, it aimed to expand the cultural and aesthetic repertoire of the inmates through a guided tour to a museum and the architectural complex of a public university.

Keywords

Inmates; Tutorial Education Program; Prison Education; Pedagogy.

Introdução

Esse relato de experiência propõe divulgar a culminância de uma ação realizada no âmbito de um projeto de extensão desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial - PET/EDU Conexões de Saberes, da Universidade Federal de Viçosa. O projeto é fruto de uma parceria com a Defensoria Pública e com a direção do presídio de uma cidade do interior de Minas Gerais e visa estimular o hábito pela leitura e pela escrita pelos reeducandos, contribuindo para a remição de suas penas.

Iniciamos o relato a partir de uma breve apresentação do PET vinculado ao Ministério da Educação (MEC), presente em diversas universidades do Brasil. É no âmbito desse programa que o projeto é desenvolvido. Em seguida faremos uma análise sobre os marcos legais que permitem o desenvolvimento do projeto, apontando algumas deficiências dessas legislações e discutindo a necessidade de um tipo de educação prisional especializada.

Seguimos a apresentação do relato, agora apoiados em Foucault, onde exploramos sinteticamente aspectos relacionados ao punir e suas origens, ressaltando que no Brasil o espaço responsável por executar a punição são as próprias instituições prisionais, que na maioria das vezes apresentam características de abandono por parte do Estado Brasileiro, com condições insalubres, sem uma infraestrutura mínima necessária para a detenção mais humanizada dessas pessoas.

Para compor os aspectos históricos, inserimos a análise do documentário “Guerras no Brasil” (Bolognesi, 2022) que retrata o início dessa realidade e demonstra as disputas de poder entre estado e facções criminosas, que hoje disputam o gerenciamento das instituições e configuram uma espécie de poder paralelo.

O artigo visa subsidiar trabalhos na área da educação prisional, demonstrando o potencial formativo para todos os envolvidos, mas com valor especial para os estudantes e reeducandos que veem na educação um instrumento fundamental de transformação social e *locus* dos direitos humanos.

O Programa de Educação Tutorial: quem somos? Uma breve apresentação

O Programa de Educação Tutorial (PET) é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e está presente principalmente em universidades públicas. Trata-se de um programa que visa a melhoria da qualidade dos cursos de graduação que sediam os grupos e o aprimoramento da formação acadêmica.

O aperfeiçoamento profissional dos estudantes o desenvolvimento pessoal e humano, por meio da realização de atividades extracurriculares no âmbito do tripé pesquisa, do ensino e da extensão, oportuniza a realização de atividades culturais, como visitas técnicas a museus e outros espaços formativos, com a intenção de complementar o capital cultural, a percepção visual, estética e crítica dos estudantes que, munidos desses instrumentos, se sentem mais preparados para atuar profissionalmente em espaços diversos.

Nos quase 30 anos de existência do programa, os grupos se tornaram protagonistas como um espaço essencial para o aperfeiçoamento profissional, humano e científico, funcionando como um lugar de aprimoramento dos cursos de graduação, com uma proposta educativa que parte da autonomia dos estudantes e de uma metodologia de gestão horizontalizada.

O PET/EDU-Conexões de Saberes é um grupo composto por 18 estudantes universitários, orientados por uma professora tutora. É vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e completará 12 anos de existência em dezembro de 2022. Ao longo desse período, o grupo passou por diversas formações e dezenas de estudantes puderam aperfeiçoar-se e também promover o importante retorno social por meio dos projetos desenvolvidos.

A remição pela leitura: um projeto entre o PET e o Ministério Público de Minas Gerais

Um dos projetos desenvolvidos pelo grupo é o “Remição da Pena pela Leitura”, que acontece em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), através da Defensoria Pública e da direção de um presídio de uma cidade do interior do estado. Trata-se de um projeto que une a educação e os

direitos humanos em ações voltadas para uma população vulnerável: reeducandos de uma instituição prisional.

A parceria firmada para execução do projeto é demarcada pelos avanços legislativos, que permitiram que o sistema prisional brasileiro pudesse ser permeado por ações educativas, aproximando-os dos direitos humanos e dos direitos fundamentais garantidos pela constituição, como a educação.

A remição de pena pelo estudo foi possível por uma alteração na lei de execução penal. A Lei 7.210/1984 foi alterada pela Lei 12.433/2011 e esse dispositivo permitiu que os presos em regime semiaberto ou fechado pudessem remir parte de suas penas por meio do estudo (BRASIL, 2011). Anteriormente, a remição era possível apenas pelo trabalho, e a partir dessa alteração a educação prisional passou a ter base legal para ocorrer.

O Projeto de Lei (PL) 4.988/2019 propôs a remição de pena pela leitura, indicando que o preso que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir sua pena em 4 dias a partir da resenha elaborada a partir de um livro. O PL ainda está tramitando no Senado Federal, mas em Minas Gerais a Resolução Conjunta SEDS/TJMG nº 204/2016 avançou neste propósito e instituiu o projeto no estado, baseando-se em outros marcos legais. É a partir dessa Resolução que nasce a parceria entre o presídio, por intermédio da Defensoria Pública, e o PET/EDU. Conforme a Resolução:

Considerando a experiência exitosa de projetos pioneiros no Brasil, nas unidades da federação, no sentido de assegurar à população segregada em regime fechado e semiaberto a chamada remição pela leitura,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica instituído o Projeto “Remição pela Leitura” nas unidades prisionais do Estado de Minas Gerais, como meio de viabilização da remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 7210, de 11 de julho de 1984.

Art. 2º O Projeto “Remição pela Leitura” tem como objetivo oportunizar aos recuperandos, os direitos ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade de pensamento crítico, por meio de atividade de leitura e produção de resenha. (MINAS GERAIS, 2016)

Em se tratando da recente aprovação legislativa, o projeto encontra alguns desafios como a falta de livros nos presídios e a infraestrutura. Para auxiliar a contornar a situação, o grupo realiza periodicamente a arrecadação de livros que possam servir como instrumento para os reeducandos, que a partir da leitura

podem alcançar os objetivos expressos no Art. 2º citado, pois muitos não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade apropriada.

A falta de insumos e a infraestrutura precária são parte dos desafios e limitações, mas não de impedimento das ações, e indicam a necessidade de aperfeiçoamento da legislação para que as instituições prisionais tornem-se mais humanas e possam assim atingir o status de promoção dos direitos humanos para que a ressocialização seja uma realidade.

O depoimento de uma servidora do Ministério Público, elucida a importância do projeto na promoção do acesso a direitos⁵.

O Projeto é muito importante para a ressocialização deles e sem vocês ele não seria possível. Eu trabalho mais no atendimento e acabo tendo contato com os familiares e com isso conseguimos observar que muitos não tiveram a oportunidade de estudo na infância/adolescência, ou se tinham, não deram tanta prioridade, por questões econômicas, acredito eu. Então, acho que tanto as resenhas quanto o concurso de redação e a visita são oportunidades para eles terem acesso a algo que não tiveram antes. (Filipa, 27 de outubro de 2022).

A educação é o instrumento, citado no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNICEF, 1948), responsável pela disseminação desses direitos. O projeto de remição de pena pode funcionar como uma ferramenta de transformação social por oportunizar o acesso a direitos básicos e fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e humano.

A privação escolar, econômica e de outras naturezas, como ressalta Filipa, pode interferir na consciência dessas pessoas, resultando em prejuízos da razão e consciência conforme Art. 1º da declaração de Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” (UNICEF, 1948)

Projetos como a remição pela leitura podem contribuir para a reversão desse quadro, e inculcar na consciência dos reeducandos conceitos que são fundamentais para que se construa uma noção de fraternidade.

⁵ Todos os nomes citados no trabalho são fictícios para preservar a identidade dos participantes.

O que diz a legislação? Cadê a Educação Prisional?

Para que a educação tenha efetividade e possa ser realidade em diferentes espaços, é fundamental que os níveis e as modalidades sejam previstos na legislação. Iniciativas como o projeto de remição desenvolvido pelo grupo só foram possíveis por causa dos dispositivos legais atuais.

Para que esse movimento tenha continuidade é necessário que a Educação Prisional seja prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) como modalidade de ensino específica, e que seja prevista na lei de execução penal com as especificidades necessárias.

Graciano e Schilling (2008) apontam para a necessidade de legislações que busquem priorizar a escolarização dentro dos presídios, e chamam a atenção para a necessidade de constituir a oferta de uma modalidade de ensino específica e prevista na LDB, destacando a responsabilidade dos estados em ofertá-la (2008, p.112).

A EJA (Educação de Jovens e Adultos), não pode ser considerada como uma modalidade de educação prisional, pois esse não é o objetivo desta oferta de educação, ainda que o público esteja fora da idade de escolarização padrão, a modalidade parte do princípio de aplicação de conteúdos dos ensinamentos fundamental e médio, e talvez isso não seja o suficiente para a educação em presídios devido às especificidades educativas que esse público demanda.

Em se tratando dos presídios brasileiros, a oferta educativa para esse público poderia ser desenvolvida de modo a trabalhar aqueles problemas que os levaram para esse espaço, ou seja, uma educação que vise atender os tipos penais mais frequentes nos presídios.

A metodologia poderia ser embasada nos direitos humanos e, preferencialmente, vinculada às noções de educação libertária propostas por Paulo Freire (1996), podendo acontecer em espaços de diferentes naturezas, perpassando os muros do presídio e trazendo para a ótica dos reeducandos novas configurações sobre o mundo.

É nesta direção que uma proposta de educação prisional poderia diferenciar-se da EJA, pois esta relaciona-se mais com a transmissão de conteúdos escolares embasadas nos currículos referenciais de forma sintética, e também voltada à alfabetização, muitas vezes equivocadamente pautada em um modelo de “educação bancária”, conforme Paulo Freire (1996).

Se a educação prisional específica fosse prevista na LDB, em forma de lei, poderíamos fortalecê-la com metodologias apropriadas, numa perspectiva de valorizá-la também como um instrumento de ressocialização, em um sistema estruturado, ao invés de ações pontuais e pulverizadas.

Hoje, em Minas Gerais, segundo o SISDEPEN⁶ (2021) a população carcerária de cerca de 65.083 pessoas é atendida por 22.846 ações educativas. O sistema, no entanto, não especifica que tipo de ações são essas, mas compreendemos que acontecem na forma de projetos e também pela EJA. Salienta-se ainda, que há um déficit de 42.237 pessoas sem atendimento educacional.

Os projetos como a remição da pena pela leitura fazem muita diferença nesse cenário de ofertas educativas pulverizadas, em que uma minoria de pessoas é impactada, mas ainda são iniciativas pontuais e não substituem uma rede educativa com pedagogos especializados.

A infraestrutura educacional e a precariedade como modelo de oferta educativa

O cenário em que o projeto de remição citado neste trabalho se desenvolve, em uma cidade do interior de MG, é de precariedade na infraestrutura, constatamos isso a partir da percepção que tivemos quando realizamos uma visita técnica ao presídio, visando demonstrar os principais desafios e limitações que os reeducandos e os executores de projetos educacionais enfrentam, quando buscam atender a esse público.

Os dados a seguir são importantes na elucidação do problema no presídio em que trabalhamos e fornecem, portanto, subsídios importantes para o desenvolvimento de trabalhos nessa área, conforme a necessidade apontada por Graciano e Schilling (2008, p.2).

O presídio com o qual o grupo PET/EDU tem parceria, em dados de dezembro de 2021, continha uma população de 159 pessoas, dessas um total de 104 em regime provisório, 25 pessoas em regime semi-aberto e 30 em regime fechado. (SISDEPEN, 2021)

⁶ O SISDEPEN é um instrumento de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, ele concentra informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. (Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sisdepen-informacoes-penitenciarias/sisdepen-estatisticas>. Acesso em: 17 dez. 2022)

O presídio, visualmente, não comporta toda essa população, mas no sisdepen não há dados para comparação, e, portanto, não foi possível constatar o déficit na oferta de celas. Na visita que fizemos constatamos a superlotação e condições de precariedade, impactando tanto a vida dos reeducandos quanto dos servidores que ali trabalham. A estrutura física foi adaptada no prédio de uma escola que antes existia no local e não foi projetada especificamente para ser um presídio.

O projeto do PET/EDU é o único projeto em educação que aqueles reeducandos têm acesso. Há uma sala de aula, mas que está desativada porque não há professores para ministrar aulas, então o espaço se tornou um depósito de carteiras e livros que se amontoam e acumulam poeira. Não há outros espaços formativos ou de lazer, há apenas um pequeno pátio central para banho de sol, ladeado por corredores de celas.

As celas são visivelmente lotadas, e só é possível visualizar os olhos das pessoas que ali estão, devido a superlotação. Os corpos parecem fundir-se uns aos outros de modo que somente visualizam-se as cabeças daqueles que estão próximos aos gradis.

Os olhares imprimem diferentes sensações, mas o que nos marcou imediatamente é a condição de insalubridade e hostilidade que se visualiza no ambiente de tons acinzentados. É uma certa cultura do local, identificada nas posturas dos corpos, nos olhos abaixados, nos gestos contidos, na forma como dialogam entre si, com os agentes penitenciários e, neste caso, com o grupo de visitantes do projeto.

Os membros do grupo, composto por estudantes do curso de Pedagogia da UFV, a maioria na faixa etária entre 20 e 30 anos, nunca haviam entrado em um presídio e relatam a diversidade de sensações que tiveram no ambiente: medo, curiosidade, desejo, hostilidade, sadismo, angústia, enfim, muitas emoções.



Representação gráfica elaborada pelos autores do artigo para ilustrar os olhares advindos das celas superlotadas, imprimindo principalmente o medo e a angústia. Para elaborar a arte, utilizamos fotos aleatórias de criminosos brasileiros, de diversos tipos penais.

Esta visita ocorreu no dia 23 de maio de 2022. Na ocasião, os reeducandos que participavam do projeto fizeram muitas considerações interessantes sobre essa ação e algumas solicitações, dentre elas, que enviássemos livros para a instituição e não desistimos deles e do projeto.

Identificamos que alguns participantes haviam desistido do projeto por diversos motivos, outros estavam cumprindo uma restrição quanto à participação por terem cometido plágio nas resenhas e, a partir do apoio manifestado pelo diretor do presídio⁷, combinamos de realizar um concurso de redação que visasse incentivar os participantes atuais a continuarem no projeto, estimular os desistentes e os demais a também participarem, e oportunizar que os que estavam afastados por plágio retornassem ao projeto.

O grupo então preparou dois editais para o concurso de redação: um para os membros atuais e outro para a reintegração daqueles que estavam penalizados. Após organizarmos a questão burocrática com a Defensoria Pública e a direção do presídio, alguns membros do grupo foram aplicar a prova de redação do concurso no local, no dia 13 de julho de 2022.

Rafaela, membro do grupo PET/EDU, relata a sensação de aplicar o concurso de redação no presídio:

Aplicar o concurso no presídio foi uma experiência que levou a reflexão e a autocrítica, pois eu levava comigo um estereótipo daquelas pessoas que estariam ali. Esperava por comportamento rude ou violento, mas fui surpreendida.

O que visualizei foram pessoas amedrontadas e vulneráveis. Fui muito respeitada na minha posição de aplicadora, e penso que

⁷ Importante registrar que todas as ações realizadas no presídio são muito incentivadas pelo diretor atual, o que deixou o grupo motivado para prosseguir com o projeto.

eles me viam na figura de defensora dos seus direitos. Soube que aquele lugar, de aparência austera e cinzenta, outrora funcionou como uma escola. Pensei, como que esse local tornou-se uma prisão?

As condições eram insalubres e desumanas e inspiravam desconforto. Havia um forte odor e os reeducandos me alertavam para não tocar nas superfícies, sob o risco de contrair, segundo eles, a “Doença do rato”. Entre eles e os oficiais, não havia comunicação verbal, tudo transcorria por meio dos olhares e dos gestos.

No momento da aplicação do concurso, ficamos presas dentro da sala, além de mim, havia duas colaboradoras do PET e um agente armado na porta nos vigiava.

Os reeducandos realizaram suas provas sem algemas, e demonstraram disciplina, estavam interessados, diziam que um dia também seriam estudantes universitários, um dia. Toda a aplicação ocorreu sem nenhum mal estar.

O relato reflete como a participação no projeto e o momento da aplicação da prova impactaram sua percepção profissional sobre o ambiente do presídio, o que demonstra o potencial formativo do projeto também para os universitários, que podem vislumbrar a atuação profissional nesses espaços.

Cabe destacar que os ganhadores do concurso teriam a oportunidade de realizar uma visita técnica ao campus da UFV em Viçosa/MG, o que propicia o contato com um ambiente que oferece as condições opostas às que eles estão submetidos e, em nossa percepção, poderia também servir de estímulo para que continuem percorrendo os caminhos da educação.

Esse intercâmbio entre a instituição e a universidade pública, de certo modo, em nossa perspectiva, funciona como uma reparação das cicatrizes deixadas pelas condições insalubres nas quais encontram-se os reeducandos. Neste sentido, é importante buscarmos compreender o conceito de punição psíquica ou subjetiva que essas instituições produzem hoje.

O relato de Rafaela corrobora o conceito de punição pela alma proposto por Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (2014). Na obra, o autor realizou uma análise do desaparecimento dos suplícios como punição e demonstrou como a arquitetura ou a estrutura de uma instituição pode, por si só, funcionar como um elemento de punição e hostilidade, que no caso brasileiro se materializa pelo desprezo, abandono, invisibilidade e descrédito em que essas pessoas se encontram ao compor o sistema prisional. Neste sentido, Foucault (2014, p 21.) complementa:

O afrouxamento da severidade penal, no decorrer dos últimos séculos, é um fenômeno bem conhecido dos historiadores do direito. Entretanto, foi visto durante muito tempo de forma geral, como se fosse um fenômeno quantitativo: menos sofrimento,

mais suavidade, mais respeito e “humanidade”. Na verdade, tais modificações se fazem concomitantes ao deslocamento do objeto da ação punitiva. Redução de intensidade? Talvez. Mudança de objetivo? Certamente.

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos - daqueles que abriram por volta de 1780, o período que não se encerrou - é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade e as disposições.

A impressão que se tem é de que há auto regulação e disciplina que o próprio ambiente impõe ao corpo dos detentos. Os agentes, os oficiais, não precisam comportar-se de modo hostil, pelo contrário, comportam-se de modo aparentemente “paterno”, pois quem confere a punição é a própria estrutura prisional.

Essas características que conferem às prisões brasileiras um ambiente punidor tem raízes históricas e imprimem as características de nossos sistemas prisionais. O estar nesse ambiente hostil, confere as marcas na alma, como propõe Foucault. A precariedade, incute na consciência dos residentes a noção de não-humanidade.

A ausência de ações de ressocialização, ações educativas e projetos sociais, conferem aos detentos a sensação de abandono por parte da sociedade, e é desse modo, de forma muitas vezes sutil, que o mecanismo castiga a alma dos detentos brasileiros, afinal, só se sabe da realidade dessas pessoas quem de algum modo adentra a esses muros.

O documentário “Guerras no Brasil” (BOLOGNESI, 2012), em seu quinto episódio, dedica-se à investigação das instituições prisionais e relata a origem dessas características tão marcantes dos presídios brasileiros.

O modelo exemplo, retratado no documentário, é o presídio de Ilha Grande, utilizado primeiramente para confinar presos políticos em meados da década de 1960, período onde começa a inflamar a política de encarceramento.

Em meados da década de 1980 o local está abandonado, e os detentos, em situação de depósito, amontoavam-se em ócio completo, e esse ambiente de abandono total e falta de gestão estatal faz originar o grupo “Comando Vermelho”.

Camila Nunes Dias (2019) é socióloga e entrevistada no documentário, comenta a situação da cadeia de Taubaté, que na década de 1960 reproduziu as

condições de Ilha Grande, e numa situação estrutural deplorável produziu terreno fértil para o surgimento de outro grupo, o “Primeiro Comando da Capital”.

A partir da década de 1990, os grupos rebelam-se e revelam o esvaziamento do poder do estado em relação às instituições prisionais, sob o jargão “Paz entre nós e guerra ao sistema”. A partir daí os grupos regulam e dominam as dinâmicas obscuras, a criminalidade e a gestão dos presídios no país.

Carlos Amorim (2019) comenta que os grupos rebelaram-se contra as forças de segurança e espalharam-se pelo país, consolidando-se como um poder paralelo eficiente, que coloca o estado em contradição, pois não assumem a existência das facções, que nascem por causa da omissão do estado diante das condições precárias que se instalaram e perduram até os dias de hoje.

Desta forma, compreendemos que a ausência de estado e de projetos que, pelas vias da educação, do esporte, do trabalho, dentre outros, possam contribuir para de fato reeducar os encarcerados, pode criar um ambiente propício à, contraditoriamente, formar quadros dispostos a agir contra o próprio sistema e ampliar as mazelas causadas pela violência. Infere-se daí a importância de se repensar a educação prisional numa perspectiva de resguardar os direitos humanos.

É com este intuito que o projeto de remição vem se desenvolvendo. A participação dos reeducandos no concurso de redação proposto pelo projeto deu aos quatro ganhadores a oportunidade de experimentar um pouco do espaço acadêmico de uma universidade pública e observar as condições que este pode proporcionar a jovens que, como eles, buscam o caminho da educação.

Momento de esperança e alívio: a visita ao campus Viçosa

A visita dos reeducandos ao campus da UFV, na cidade de Viçosa, é o momento de responder a punição pelo abandono que se dá nos presídios. Embora atualmente sofra com cortes orçamentários, o campus da universidade tem características muito diferentes, por óbvio, da encontrada no presídio.

Apoiados numa filosofia educativa teórico-crítica, acreditando no potencial transformador que a educação pode proporcionar a todos os envolvidos nesse projeto, vislumbrando a produção de novas perspectivas, visualizamos no

campus a oportunidade de produzir mudanças, atender direitos, proporcionar oportunidades.

Sendo assim, nos engajamos para tornar realidade a visita e produzir nos reeducandos, por pelo menos algumas horas, a noção de fraternidade, valorização da vida, da razão científica, da consciência e da dignidade humana, onde no seio da nossa interação, buscamos minimizar o impacto dos estigmas que a instituição prisional produz nos reeducandos.

A Universidade Federal de Viçosa, campus Viçosa, é dotada de uma infraestrutura quase centenária e bastante imponente. Destino de estudantes de todas as partes do país e do mundo, o campus Viçosa é frequentemente citado como o “Mais bonito do Brasil”, e é ornado por símbolos que reforçam o potencial do ensino, da pesquisa e da extensão.

Sua arquitetura reúne prédios e edificações históricas, com quase cem anos, em contraste com estruturas mais modernas que, junto a elementos naturais, jardins cuidadosamente mantidos, com espécies nativas da mata atlântica e espécies exóticas, compõem no campus uma identidade única.

As características citadas fazem do campus Viçosa um local privilegiado para proporcionar experiências educativas, o que é potencializado quando o público está cotidianamente em contato com um local hostil, acinzentado, carente de elementos naturais e de espaços de contemplação.

Pensando em contrastar com essa realidade, elaboramos um roteiro para nossa experiência com os reeducandos, selecionamos duas instalações: o Museu dos Solos e o Museu da Comunicação, além de um breve tour pelo campus.

A visita guiada, marcada para iniciar-se às 09:00h do dia 27 de outubro de 2022, na sede do Museu das Ciências da Terra Alexis Dorofeef, conhecido também como Museu dos Solos. No horário todo o grupo encontrava-se reunido e um dos reeducandos que já está cumprindo sua pena junto à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), também já havia chegado com dois servidores da instituição.



Foto: Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef - Universidade Federal de Viçosa (UFV) O “museu dos solos” onde ocorreu a primeira visita dos reeducandos.

Fonte: https://www.mctad.ufv.br/?page_id=507

Os reeducandos do presídio atrasaram-se e chegaram às instalações da universidade somente por volta das 09:40h. Este atraso limitou o tempo de visitação e não permitiu que os reeducandos visitassem o Museu de Comunicação, acabando por comprometer o roteiro que inicialmente elaboramos para a atividade.

Junto aos reeducandos, havia a presença do diretor e do vice-diretor do presídio, além de outros agentes penitenciários armados, no total de nove servidores. Também contamos com o apoio da equipe de segurança da própria universidade. Com o apoio da equipe armada, os detentos foram autorizados pelo poder judiciário a não utilizarem algemas durante as atividades.

A chegada das viaturas, e dos agentes armados, o desembarque da equipe e dos detentos, causou um certo constrangimento no grupo, pois foi preciso parar o trânsito da via por alguns momentos e quem passava pelo local demonstrou curiosidade sobre toda aquela movimentação militar. Refletimos sobre como não estamos habituados a situações repressivas em nossos ambientes cotidianos e o quanto isso contribui para, também, “educar” aqueles sujeitos.

Iniciamos então a visita ao museu, onde uma equipe de monitores, estudantes de outros cursos da UFV que lidam com a área, estava prontamente disponível para apresentar o espaço e fazer a imersão dos reeducandos que demonstraram interesse, perguntaram sobre os minerais, e foram curiosos, principalmente sobre o valor monetário e os produtos cotidianos que os minerais produzem.

A equipe do Museu realizou uma explanação sobre o tempo geológico da terra e proporcionou momentos de interação com objetos presentes no museu. Tanto estudantes, quanto a equipe prisional mostraram-se interessados e

entusiasmados com a experiência que estava em curso, inclusive os agentes penitenciários que acompanhavam a atividade.

Ao final das atividades expositivas, fomos encaminhados à área externa do museu, onde todos puderam aprender a fazer e a utilizar tintas provenientes de diferentes tipos de solos, testando as cores utilizando o material.



As tintas provenientes dos solos que compuseram a experiência dos reeducandos.
Fonte: Arquivo do grupo PET/EDU.

Esse momento foi a culminância da experiência educativa realizada no Museu de Solos. Toda a visita durou cerca de 40 minutos, e o tempo agiu em desfavor da experiência, mas de modo algum interferiu na qualidade do trabalho, que transcorreu da melhor forma possível, com nenhuma interferência dos agentes externos e com total disciplina dos reeducandos, que tiveram atenção plena durante a atividade. A experiência foi formativa para todos os presentes.

Momento final: a visita pelo Campus

A visita pelo campus foi o desfecho da atividade e foi realizada em um ônibus da UFV, o conhecido “Capivarão”, o que permitiu que os reeducandos conhecessem a estrutura que está disponível aos estudantes da instituição. Apesar de não poderem transitar pelo campus a pé, puderam visualizar o conjunto arquitetônico através das janelas do Capivarão.



Foto: Capivarão, transporte utilizado pelos reeducandos na visita ao campus da UFV.
Fonte: Arquivo do grupo PET/EDU

No ônibus puderam vivenciar uma experiência daqueles estudantes que utilizam o ônibus como opção de transporte dentro do campus. Toda a visita foi guiada pela tutora do grupo, que apresentou as instalações do campus para os reeducandos, que começaram a experienciar um ambiente totalmente diferente daquele ao qual estão submetidos.

O clima ajudou, pois no dia havia sol, mas com um adequado conforto térmico, e foi possível observar que muitas pessoas desfrutavam do campus de diversas maneiras. Haviam estudantes e pessoas da comunidade fazendo exercícios físicos, praticando corridas, indicando as possibilidades que um espaço universitário pode oferecer para além das salas de aulas e laboratórios. A visita iniciou-se nas quatro pilastras, marco de entrada da UFV em seus três campi, onde os participantes tiveram a oportunidade de, a partir da narrativa da tutora, conhecer os dizeres que marcam a entrada da Universidade, e associam-se ao espírito “Esaviano”⁸ que remonta às origens da UFV.

⁸ As Quatro Pilastras da UFV representam o lema da instituição, desde quando foi criada em 1926 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav). De um lado, os dizeres em latim – Ediscere, Scire, Agere, Vincere – e de outro, em português – Estudar, Saber, Agir, Vencer. (Disponível em: <https://www.ufv.br/estude-na-ufv/>. Acesso em: 02 nov. 2022)



As quatro pilastras: Símbolo do espírito esaviano, filosofia que a universidade se embasa até hoje.

Fonte: <https://www.ufv.br/estude-na-ufv/>

98

É interessante ressaltar que os dizeres das quatro pilastras funcionam como um símbolo para os estudantes e para a comunidade, e as palavras “Estudar, Saber, Agir, Vencer” marcam as consciências dos que ali circulam e, de certo modo, serve como um agente motivador/disciplinador/educador da instituição.

A estrutura formada pelas quatro pilastras, hoje, remonta a uma espécie de pórtico, ou portal simbólico que serve como uma “fronteira” simbólica entre a estrutura da cidade e o ambiente acadêmico bem delimitado.

Após cruzar a “fronteira”, os reeducandos conheceram todo o campus, os setores e as instalações existentes. Obviamente não podemos saber o que pensavam no momento, mas as expressões faciais, os gestos mais brandos e menos automatizados, as palavras de encantamento com o que viam, nos permitiram pensar que identificaram que um outro mundo de oportunidades e perspectivas é possível.

O clima ou o espectro de sensações que tomou conta do ônibus inspirava essa possibilidade também para nós, os estudantes universitários, que vimos materializar novas possibilidades de educação, e o poder que os espaços podem proporcionar às formações humanas, a partir da nossa atuação profissional que se enchia de possibilidades a partir daquele momento.

Estávamos todos em estado de relaxamento, os reeducandos enfileirados nas poltronas do ônibus pareciam integrar-se a nós estudantes, e naquele momento os estigmas pareciam superados, as condições de hostilidade impostas pela presença dos agentes armados desapareceram. As armas ali perderam o sentido.

Ao final da experiência, pedimos para que os participantes pudessem definir o campus em uma única palavra. Houve dificuldade, pois o espaço é plural, mas o resultado foi positivo:

Carlos relata: Não tenho palavras para definir!

Rodrigo afirma que o campus é “Deslumbrante”.

Cássio afirma que o lugar é “interessante”.

Romário completa dizendo que o campus é “grandioso”.

Os reeducandos, em poucas palavras, definem aquilo que nós, estudantes, sentimos todos os dias ao circular pelos espaços da Universidade, de certo, proporcionamos a eles a sensação que nós mesmos experimentamos enquanto educandos do ensino superior.

As manifestações seguintes mostram a satisfação de todos os envolvidos na experiência, e nos permite ter a certeza de que a educação é realmente um instrumento de transformação que pode proporcionar diferentes perspectivas, até mesmo para aquelas pessoas que estão inseridas nos lugares mais desvalorizados pela sociedade.

Maria Eduarda, membro do grupo expõe:

Foi muito interessante, eles acharam o Museu de Solos incrível e ficavam fazendo perguntas toda hora. Houve muita interação e com os alunos que estavam explicando sobre os minerais. A visita no geral foi muito tranquila e satisfatória!

Alexsandra demonstra emoção:

Ai gente como já sabem, sou chorona!... Tutora, quando ele pediu pra falar com você no final, ele falou sobre a vontade de continuar o projeto, que para eles está sendo incrível. Ele chegou a falar pra você não desistir deles!

Leonardo Castro, petiano, diz:

Imaginem quanta coisa legal eles levaram da visita de hoje e poderão socializar com seus pares. Hoje foi uma experiência incrível de aprendizado.

Thalyta Araújo faz comentários sobre as emoções que a experiência despertou:

Tirando a escolta, e o fato deles terem que ficar de costas e andar em fila no início, isso era triste de ver. Mas foi tão gratificante ver eles tendo esse acesso cultural, eu fiquei feliz demais!

Por fim, o diretor do presídio finaliza com seus agradecimentos:

Fico muito feliz, não tenho palavras pra agradecer a parceria... ficaram deslumbrados... é gratificante fazer parte desse projeto.

Todas as considerações refletem o potencial formativo que a experiência e o projeto têm proporcionado ao grupo e nos mantém motivados para ações futuras.

Considerações finais

A visita gerou muitos significados, possibilidades e perspectivas para a compreensão do modelo de educação por meio de projetos e, especificamente, para o projeto remição de pena pela leitura. No entanto, pela experiência ser recente, ainda não é possível demonstrar ou visualizar os resultados concretos.

Os reeducandos ficaram incumbidos de produzir um relato de experiência da visita, e a partir dele poderemos analisar, sob a perspectiva acadêmica, o impacto que a experiência teve em suas consciências.

Esperamos que os quatro reeducandos atuem como um modelo para um projeto que deve ter continuidade, e esperamos também que o impacto da experiência possa ser visualizado nas próximas resenhas que serão produzidas por eles.

A depender dos resultados, poderemos aperfeiçoar o projeto e estruturar os próximos passos para ações que possam impactar esses quatro educandos, mas também abrir possibilidades para que outros possam usufruir de experiências similares.

A direção do presídio ainda se manifestou sobre proporcionar uma confraternização especial para os ganhadores lá no espaço da instituição, o que futuramente poderemos, também, relatar.

Existe a necessidade de instrumentalização da metodologia por parte da literatura em direitos humanos, visando contribuir com a ressocialização dessas pessoas. Ainda que a experiência tenha sido rica, e esperamos que impacte positivamente, ressaltamos que o aparelho opressivo esteve presente em todos os momentos, mas compreendemos que este era necessário para garantir a vinda dos reeducandos e a segurança de todos.

Esperamos que o trabalho sirva como referência para outras experiências Brasil afora, e que possa multiplicar as ações educativas nas instituições prisionais que ainda não possuem um projeto sistematizado de ressocialização.

Nossa abordagem compreendeu-se uma breve análise dos aspectos legislativos que foram fundamentais, pois sem eles o projeto não poderia existir, portanto, apresenta subsídios para que novos trabalhos sejam realizados e que isso possa chamar a atenção para o aperfeiçoamento desses dispositivos.

Um reconhecimento especial deve ser feito à direção do presídio, à defensoria pública do município e ao poder judiciário que acolheram a proposta e enviaram todos os esforços necessários para que ela se efetivasse da melhor forma possível.

Destacamos também o impacto que a privação do processo de escolarização em idade adequada pode acarretar em prejuízos subjetivos e nem sempre mensuráveis, e que podem comprometer a aplicação dos direitos humanos.

Por fim, salientar que os campi das universidades públicas possam ser entendidos como um espaço pertencente a todas/os as/os cidadãs/ãos brasileiros independente da situação em que se encontram e que o investimento seja contínuo e permanente para que ações educativas e humanizadoras como essas continuem a ser possíveis.

Referências

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 30 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 30 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 11 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_E_C91_2016.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n.º 4.570, de 2019**. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0145g08msjq10snkgqvoxwnii10793151.node0?codteor=1799617&filename=Avulso+-PL+4570/2019

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**: tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 348 p.

GRACIANO, Mariângela. SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de sociologia**, V. 13, n 25. (2008)

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1148>

GUERRAS DO BRASIL. EP 5: **Universidades do crime**. Luiz Bolognesi, Brasil. Produtora Buriti Filmes, EBC/TV Brasil. 2019. Disponível em:

http://www.buritifilmes.com.br/filmes.php?cat=filme&mostra_filme=27